

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 30/06/2015 à 31/12/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração	10
----------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	29
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	31
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	32
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	33
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.500
Preferenciais	0
Total	4.500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	590	0
1.01	Ativo Circulante	590	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	565	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	565	0
1.01.02.01.03	Títulos Avaliados a Valor Justo por meio do resultado	565	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	25	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	590	0
2.01	Passivo Circulante	328	93
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	93	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	93	0
2.01.02	Fornecedores	124	93
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	124	93
2.01.03	Obrigações Fiscais	66	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	66	0
2.01.06	Provisões	45	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45	0
2.02	Passivo Não Circulante	12	0
2.02.04	Provisões	12	0
2.02.04.02	Outras Provisões	12	0
2.03	Patrimônio Líquido	250	-93
2.03.01	Capital Social Realizado	1.998	0
2.03.01.01	Capital Subscrito	1.998	1.000
2.03.01.02	Capital Social a Integralizar	0	-1.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.748	-93

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 30/06/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.751	-93
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.725	-93
3.04.02.01	Despesa com Salários	-861	0
3.04.02.02	Encargos Sociais e Obrigações Trabalhistas	-448	0
3.04.02.03	Serviços Técnicos Especializados	-358	-93
3.04.02.04	Anúncios e Publicações	-44	0
3.04.02.05	Despesas Legais e Societárias	-14	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-29	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.751	-93
3.06	Resultado Financeiro	96	0
3.06.01	Receitas Financeiras	104	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-8	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.655	-93
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.655	-93
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.655	-93
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,80929	-0,09300
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,80929	-0,09300

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 30/06/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.655	-93
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.655	-93

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 30/06/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.998	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.655	-93
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-1.655	-93
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-343	93
6.01.02.01	(Aumento) em Aplicações Financeiras	-565	0
6.01.02.02	(Aumento) em Tributos a Recuperar	-25	0
6.01.02.03	Aumento em Fornecedores	31	93
6.01.02.04	Aumento em Obrigacoes Fiscais	66	0
6.01.02.05	Aumento em Obrigacoes Sociais e Trabalhistas	93	0
6.01.02.06	Aumento em Provisoes	45	0
6.01.02.07	Aumento em Outras Provisoes	12	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.998	0
6.03.01	Integralização de Capital	1.998	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	-93	0	-93
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	-93	0	-93
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.998	0	0	0	0	1.998
5.04.01	Aumentos de Capital	1.998	0	0	0	0	1.998
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.655	0	-1.655
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.655	0	-1.655
5.07	Saldos Finais	1.998	0	0	-1.748	0	250

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 30/06/2015 à 31/12/2015**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-93	0	-93
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-93	0	-93
5.07	Saldos Finais	0	0	0	-93	0	-93

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 30/06/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	3	0
7.01.02	Outras Receitas	3	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-427	-93
7.03	Valor Adicionado Bruto	-424	-93
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-424	-93
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	96	0
7.06.02	Receitas Financeiras	104	0
7.06.03	Outros	-8	0
7.06.03.01	Despesas Financeiras	-8	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-328	-93
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-328	-93
7.08.01	Pessoal	1.309	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	997	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	68	0
7.08.01.04	Outros	244	0
7.08.01.04.01	I.N.S.S	244	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18	0
7.08.02.01	Federais	18	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.655	-93
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.655	-93

Relatório da Administração

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO CNPJ nº 22.983.283/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2016

SENHORES ACIONISTAS,

A Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, com respectivas Notas Explicativas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Carioca de Securitização é uma sociedade por ações controlada pelo Município do Rio de Janeiro, cuja constituição, em 30 de junho de 2015, foi autorizada pela Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012. A Companhia está vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro e tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não-tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

A Companhia Carioca de Securitização teve seu pedido de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM deferido em 27 de junho de 2016, sob o código 23949, como Emissora de Valores Mobiliários na Categoria B, na forma da Instrução nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria.

Desde sua constituição até o encerramento do exercício social de 2016, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional, razão pela qual não possuía produtos ou serviços oferecidos ao mercado.

CONTEXTO JURÍDICO

Embora a Administração tenha adotado todas as ações necessárias para viabilizar a execução do objeto social da Companhia em 2016, a manutenção de sua condição pré-operacional se deve, principalmente, aos questionamentos direcionados à natureza de operações semelhantes no âmbito dos órgãos de controle e poder legislativo em nível federal, que trouxeram risco à segurança jurídica para a securitização de recebíveis da dívida ativa dos entes públicos. A saber, tais questionamentos se deram por meio de:

Relatório da Administração

- a. Acórdão nº 772/2016, do Tribunal de Contas da União – TCU, que trata da representação quanto à natureza jurídica das operações realizadas por entes da Federação para captação de recursos mediante a cessão de direitos creditórios lastreados em dívida ativa;
- b. Oitiva realizada pelo TCU à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal – CAE para que apresentasse informações pertinentes à representação consoante ao relatório que integra o mencionado acórdão, especialmente no que tange à Resolução do Senado Federal nº 43/2001, com redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 17/2015, resolução esta que permite a cessão de créditos representativos de tributos parcelados.

Os fatos relatados, todos de conhecimento público, impactaram diretamente as ações e o cronograma em curso de estruturação da primeira operação da Companhia Carioca de Securitização. Esse contexto de incerteza, no entanto, motivou a proposição do Projeto de Lei do Senado – PLS nº 204/2016 (complementar), neste momento em tramitação, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação e tem como objetivo sanar dúvidas jurídicas e devolver ao mercado a segurança na realização de operações de securitização.

INTEGRALIZAÇÃO E AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

A Companhia Carioca de Securitização contabilizou no mês de janeiro de 2016 a integralização do capital social de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no patrimônio líquido, sendo este subscrito ainda em dezembro de 2015 e representado por 1.000 (um mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

No mês de setembro, tendo em vista a manutenção da condição pré-operacional da Companhia, e com vistas à adequação do seu fluxo de caixa, a administração concluiu pela conveniência e necessidade de aumentar o capital social da Companhia em R\$ 997.500,00 (novecentos e noventa e sete mil e quinhentos reais), mediante a emissão de 3.500 (três mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas sem e valor nominal.

Cabe ressaltar que, nos termos do art. 6º, § 1º, do seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, na forma do art. 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do conselho de administração, como ocorreu. Na ocasião, foi observado o direito de preferência dos acionistas na sua subscrição, em conformidade com o disposto no art. 171 da Lei das Sociedades por Ações e também de acordo com o disposto no art. 6º, § 2º, do estatuto social da Companhia.

RECURSOS HUMANOS

A Companhia Carioca de Securitização possui uma estrutura mínima e que considera a terceirização de toda a sua gestão administrativa (contabilidade, fiscal, financeiro, pessoal, jurídico, compras, informática etc), além daqueles serviços relacionados especificamente à consecução do seu objeto social (agente fiduciário, auditoria externa, banco escriturador, mandatário e liquidante, agência de rating, registro e liquidação de debêntures).

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO E CONTRATAÇÕES REALIZADAS

Relatório da Administração

A Companhia Carioca de Securitização, devidamente assessorada pelo Consórcio Avança Rio, formado pelo Banco Fator S/A (líder), Banco Nossa Caixa S/A, Banco ABC Brasil S/A e Banco Credit Suisse Brasil S/A, pretende realizar, em 2017, emissão de debêntures lastreadas nos direitos creditórios que serão adquiridos do Município do Rio de Janeiro, notadamente aqueles referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, ambos inscritos em dívida ativa. A operação de securitização será estruturada da seguinte forma:

(i) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real com colocação em regime de garantia firme, para distribuição pública com esforços restritos de colocação (“1ª Emissão”), no valor de até R\$ 300.000.000,00 e juros correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia - DI, extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de spread, expresso em taxa percentual ao ano (base 252 dias úteis), a ser definido em procedimento de *bookbuilding*. O valor da 1ª Emissão poderá ser alterado, a critério da Companhia, no montante necessário para se alcançar o rating mínimo “AA-“, caso a nota não seja atendida para a emissão no valor de R\$ 300.000.000,00, conforme a avaliação pela agência de rating sobre a carteira objeto da garantia. A 1ª Emissão deverá ser amortizada por fluxo proporcional ao fluxo financeiro das parcelas integrantes da garantia real, em até 60 parcelas mensais, e será registrada na CVM e/ou na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, na forma prevista na Instrução CVM nº 476/2009. A Companhia constituirá fundo de amortização em montante igual ao somatório das 3 (três) próximas parcelas mensais de pagamento.

(ii) emissão de debêntures subordinadas às debêntures da 1ª Emissão, não conversíveis em ações, em série única (“2ª Emissão”), a ser subscrita pelo Município do Rio de Janeiro e distribuída com esforços restritos de colocação na forma da Instrução CVM nº 476/2009, ou submetidas à CVM para anuência no caso de emissão privada. A remuneração e o prazo da 2ª Emissão serão equivalentes ao índice de atualização e ao vencimento da garantia real. A 2ª Emissão será amortizada mensalmente, por meio da transferência do excedente de recebimento do fluxo mensal dos direitos creditórios cedidos, após os pagamentos da 1ª Emissão.

Além da estruturação da operação, a administração adotou outras medidas e procedimentos administrativos com vistas a operacionalizar o objeto social da Companhia Carioca de Securitização, conforme abaixo:

(i) contratação do Consórcio Avança Rio (Pregão Presencial SMF nº 01/2015): contrato RIOSEC nº 01/2016, no dia 08/03/2016, para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria financeira para a estruturação, registro e distribuição pública de debêntures com garantia real lastreadas em direitos creditórios, registro e distribuição e/ou privada de debentures subordinadas;

(ii) contratação da RHPAY do Brasil Serviços e Contabilidade Ltda ME (Pregão Presencial SMF nº 01/2016): contrato RIOSEC nº 02/2016, de 11/04/2016, para prestação de serviços técnicos especializados nas áreas contábil, societária, trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária, de gestão financeira e assessoria paracontábil;

(iii) contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S (dispensa de licitação, de acordo com manifestação técnica PG/PADM/CT/815/2016/AVC emitida pela Procuradoria Administrativa do Município do Rio de Janeiro): contrato RIOSEC nº 03/2016, de 30/05/2016, para prestação de serviços especializados de auditoria independente das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, revisão do formulário de demonstrações financeiras

Relatório da Administração

padronizadas - DFP de 2015, do formulário de informações trimestrais - ITR do 1º trimestre de 2016, informes trimestrais de securitizadora - SEC do 4º trimestre de 2015 e do 1º trimestre de 2016, revisão da qualidade e adequação dos controles internos e de segurança física e lógica das informações e das transações da Companhia, assessoria para registro da companhia como emissor sob a categoria "b" junto a CVM;

(iv) contratação da Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Pregão Eletrônico SMF nº 0197/2016): contrato RIOSEC nº 04/2016, de 30/06/2016, para prestação de serviços profissionais de agente fiduciário, para atuar na 1ª e 2ª Emissões;

(v) contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S (Pregão Eletrônico SMF nº 0408/2016): contrato RIOSEC nº 05/2016, de 08/08/2016, para prestação de serviços especializados de auditoria independente das demonstrações financeiras, revisão especial das informações contábeis trimestrais, revisão do formulário de referência, revisão do formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP, do formulário de informações trimestrais - ITR, informes trimestrais de securitizadora - SEC e revisão da qualidade e adequação dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis; e

(vi) contratação do Banco Bradesco S/A (Pregão Eletrônico SMF nº 0344/2016): contrato RIOSEC nº 06/2016, de 31/08/2016, para prestação de serviços profissionais de banco liquidante e escriturador mandatário, para atuar na 1ª e 2ª Emissões.

Apenas os contratos ii, iii e v geraram obrigações financeiras no ano de 2016. Os contratos i, iv e vi não geraram custos em 2016 devido à condição pré-operacional da Companhia, considerando que os mesmos estão condicionados à realização da operação.

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em cumprimento ao disposto no artigo 80, inciso I da Lei das S/A, em 20 de abril de 2016 foi realizada AGE que aprovou a admissão de um segundo acionista para a Companhia Carioca de Securitização, por meio da transferência de 1 (uma) ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A - CDURP.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A Companhia Carioca de Securitização apresenta seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, cujos valores estão expressos em Reais e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Relatório da Administração é parte integrante das Demonstrações Financeiras e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas.

AUDITORIA EXTERNA

A Ernst & Young Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia Carioca de Securitização para a prestação de serviços de auditoria externa, sendo objeto destes o exame das demonstrações financeiras da

Relatório da Administração

Companhia do exercício social de 2016. Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S não prestou, em 2016, serviços não relacionados à auditoria externa.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

Leonardo Pereira Cassol

Diretor Presidente

Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Financeiro e Administrativo

Carlo Carrion Fernandes

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, tendo sido fundada em 30 de junho de 2015, sendo sua constituição aprovada mediante autorização legislativa constante da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012, tendo sua instituição através do Decreto Municipal nº 40.198, de 8 de junho de 2015 e está sob vinculação da Secretaria da Fazenda do Município do Rio de Janeiro.

A Companhia tem por objeto a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012.

Desde a sua constituição até a data deste relatório, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. A Companhia ainda não definiu a data em que realizará a aquisição de direitos creditórios e nem a data para a emissão de valores mobiliários a serem utilizados como instrumento de captação. A continuidade da Companhia está diretamente condicionada a execução do plano de negócio estabelecido pela Administração.

A Companhia obteve em 27 de junho de 2016 o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como emissor sob a categoria “B”, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, razão pela qual está prestando todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa.

A Companhia apresenta prejuízos recorrentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 30 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2015, e caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 29/03/2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além dos pronunciamentos, das orientações e das interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Julgamento e estimativas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis que, por sua vez, se basearam em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor justo a ser registrado.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos e a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

c. Sazonalidade das transações

Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Conseqüentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações contábeis.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

e. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

f. Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

3. Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e sem penalidades, com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício.

b. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência.

d. Ativo circulante

São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data das demonstrações contábeis e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

e. Passivo circulante e não circulante

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das demonstrações contábeis.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$240 no exercício. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização.

g. Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício,

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

Líquida de qualquer reembolso.

O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências Ativas - não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências Passivas - são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação.

h. Resultado por ação básico e diluído

É calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2016, não existiam instrumentos emitidos pela companhia com potencial de diluição.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Instrumentos financeiros derivativos

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros, como a conversão em um instrumento conversível adquirido, são tratados como derivativos distintos e registrados ao valor justo se suas características econômicas e riscos não são relacionados com as do contrato principal, desde que o contrato principal não seja mantido para negociação ou designado ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos embutidos separados do principal são mantidos ao valor justo na carteira com as variações do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou

Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou

O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em “Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda incluem ações, instrumentos de dívida e cotas de fundos. Ações e cotas de fundos classificadas como disponíveis para venda são aquelas que não são classificadas como mantidas para negociação ou designadas ao valor justo por meio do resultado. Instrumentos de dívida nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente. Por ocasião da realização dos instrumentos financeiros disponíveis para a venda, os ganhos ou perdas acumuladas, anteriormente reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, são transferidos para o resultado do exercício, na rubrica “Resultado líquido com instrumentos

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

financeiros disponíveis para venda”. As perdas com redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado e reclassificadas, quando aplicável, da demonstração do resultado abrangente.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- Houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se;
- Houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo; ou
- Não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas houver transferência do controle sobre o ativo.

Quando a Companhia transfere o direito de receber o fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, é reconhecido na medida do envolvimento contínuo da Companhia no ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pela Companhia.

Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do input.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda. O valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões e não são reconhecidas perdas esperadas em eventos futuros. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e coletivamente e são reconhecidas no resultado do exercício.

As principais evidências de perdas para ativos financeiros são o declínio significativo do valor justo de qualquer valor mobiliário e de forma prolongada, não cumprimento de cláusulas contratuais seja pelo atraso do valor principal ou juros, deterioração na capacidade de pagamento e da performance operacional, quebra de covenants, mudança significativa no mercado de atuação da contraparte e redução de liquidez do ativo devido a dificuldades financeiras do credor.

Se há evidência objetiva de que uma perda com redução do valor recuperável foi incorrida, o montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contabilizado do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

O valor contabilizado do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado. Receita de juros continua a ser apropriada sobre o valor contábil líquido da provisão e é calculada com base na taxa de juros utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação e toda a garantia foi realizada ou transferida para a Companhia. Se o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento que ocorreu depois que a redução ao valor recuperável foi reconhecida, o montante de perdas com redução ao valor recuperável previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O valor presente do fluxo de caixa futuro estimado é descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensurar qualquer perda com redução ao valor recuperável é a taxa de juros efetiva atual. O cálculo do valor presente do fluxo de caixa estimado do ativo financeiro dado como garantia reflete o fluxo de caixa que pode resultar da liquidação menos os custos de obter e vender a garantia, mesmo se a liquidação não for provável.

4. Novas normas e interpretações contábeis

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Os pronunciamentos e interpretações abaixo estão em revisão e/ou discussão pelo CPC, sendo que as possíveis alterações decorrentes do processo de revisão e/ou discussão não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis. São eles:

- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (NBC TG 46 - R1)
- ICPC 19 - Tributos
- IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A Companhia não adotou de forma antecipada os referidos pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

A Administração com base em análises preliminares realizadas até o presente momento, estima que a adoção desses pronunciamentos não impactaria de forma significativa as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Aplicação em cotas de fundos de investimento (i)	Nível Valor Justo	31/12/2016		31/12/2015
		Custo amortizado	Valor de mercado	Valor de mercado
	2	565	565	-
		565	565	-

(i) As cotas de fundos de investimentos são precificadas com base nas informações de valor de cota divulgado pelos administradores dos fundos de investimento. Os fundos são administrados pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

No exercício/período findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo era composto conforme segue:

	Exercício findo em 31/12/2016	Período de 30/06/2015 a 31/12/2015
Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação	104	-
	104	-

6. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Serviços prestados por terceiros (i)	124	78
Publicações	-	15
	124	93

(i) Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica é composta basicamente por contas a pagar relativos a serviços de auditoria externa e de contabilidade.

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização**

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

7. Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica é composta, conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRRF sobre salário a recolher	64	-
Outros	2	-
	<u>66</u>	-

8. Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica é composta, conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários a pagar	74	-
Férias	17	-
Licença remunerada	16	-
INSS a pagar	16	-
FGTS a pagar	15	-
	<u>138</u>	-

9. Despesas com pessoal

No exercício/período findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo era composto conforme segue:

	<u>Exercício findo em 31/12/2016</u>	<u>Período de 30/06/2015 a 31/12/2015</u>
Salários	(857)	-
INSS	(244)	-
FGTS	(68)	-
Férias	(69)	-
13º salário	(59)	-
Gratificações	(5)	-
Outros proventos	(4)	-
	<u>(1.306)</u>	-

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

10. Outras despesas administrativas

No exercício/período findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo era composto conforme segue:

	Exercício findo em 31/12/2016	Período de 30/06/2015 a 31/12/2015
Auditoria e assessoria contábil	(358)	(78)
Anúncios e Publicações	(44)	(15)
Legais e societárias	(14)	-
Outras despesas	(11)	-
	(427)	(93)

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado é de R\$1.998, e está representado por 4.500 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal.

Em 13 de setembro de 2016, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R\$998 e o mesmo foi integralizado em 30 de setembro de 2016.

Em 20 de abril de 2016 foi transferida 1 ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A – CDURP

Em 14 de janeiro de 2016 o acionista da Companhia integralizou o capital social no valor de R\$1.000 subscrito em 2015.

Conforme o Estatuto Social da Companhia o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 10.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e colocação dos referidos valores mobiliários, observado o direito de preferência de todos os acionistas.

É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais.

b. Reserva de lucros

A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c. Dividendos

O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização**

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

d. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ON	4.500	1.000
Quantidade de ações	4.500	1.000

Movimentação na quantidade de ações

	<u>Data</u>	<u>Ações</u>
Quantidade inicial	31/12/2015	1.000
Aumento de capital	13/09/2016	3.500
Quantidade final	31/12/2016	4.500

Média ponderada do número de ações ordinárias:

<u>Data</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Número de dias</u>	<u>Média ponderada de ações</u>
01/01/2016	1.000	365	1.000
13/09/2016	3.500	109	1.045
31/12/2016	4.500		2.045

<u>Data</u>	<u>Prejuízo do exercício findo em 31/12/2016</u>	<u>Média ponderada de ações ordinárias</u>	<u>Prejuízo por ação</u>
31/12/2016	(1.655)	2.045	(0,81)

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

Data	Prejuízo do período de 30/06/2015 a 31/12/2016	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2015	(93)	1.000	(0,09)

12. Partes relacionadas

a. Controlador

O acionista controlador da Companhia é o Município do Rio de Janeiro com 4.499 (quatro mil quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Administradores

A administração da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração terão remuneração que será fixada na assembleia geral na forma do Estatuto de legislação aplicável.

Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

Os administradores da Companhia receberam remuneração no valor de R\$857 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

13. Contingências

A Administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a Companhia e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

14. Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

15. Gerenciamento do risco

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores. A Companhia possui ativos financeiros, aplicações em cotas de fundos de investimento, efetuadas com os recursos oriundos do aporte de capital.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Em 31 de dezembro de 2016 a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possui ativos financeiros vencidos ou sem perspectiva de recuperação.

Risco de liquidez

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de aplicações em ativos financeiros de disponibilidade imediata.

A tabela abaixo resume a expectativa de fluxo de caixa descontado para os ativos financeiros mantidos do balanço:

	Total	Até 360 dias/ sem vencimento	Acima de 360 dias
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio resultado	565	565	-
	565	565	-

A tabela abaixo apresenta análise do fluxo de caixa contratual descontado para os passivos financeiros na data do balanço:

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização**

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias
Obrigações trabalhistas	138	138	-
Fornecedores	124	124	-
Obrigações tributárias	66	66	-
Outras obrigações	12	-	12
Total	340	328	12

16. Eventos subsequentes

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de março de 2017, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$1.089 mil mediante a emissão de 60.500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O aporte será integralizado no prazo de até 30 dias pelo Município do Rio de Janeiro, principal acionista da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Carioca de Securitização

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Carioca de Securitização em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº. 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e vem apresentando um histórico recorrente de prejuízos, sendo de R\$1.655 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A continuidade da Companhia está diretamente condicionada a execução do plano de negócio estabelecido pela Administração. Conforme apresentado na nota explicativa nº. 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº. 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – eventos subsequentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº. 16 às demonstrações contábeis, que indica a deliberação e aprovação, em 16 de março de 2017, do aumento de capital social na Companhia no montante de R\$1.089 mil. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP 015.199/F-6

Rodrigo De Paula

Contador CRC-1SP 224.036/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Carioca de Securitização, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Lucro e Distribuição de Dividendos, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base em seu trabalho de acompanhamento, nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração e considerando o Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 29 de março de 2017, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é da opinião que os referidos refletem apropriadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia e, portanto, reúnem condições de serem submetidos e aprovados na Assembleia Geral Ordinária.

É o Parecer.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2017

EUNICE SOUSA SORRILHA DE CARVALHO

ROSANGELA PEREIRA RAMOS

HENRIQUE BAPTISTA MARQUES JUNIOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2017.

Leonardo Pereira Cassol

Diretor Presidente

Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Financeiro e Administrativo

Carlo Carrion Fernandes

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 29 de março de 2017, relativamente às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2017.

Leonardo Pereira Cassol

Diretor Presidente

Rodrigo Fernandes Barbosa

Diretor Financeiro e Administrativo

Carlo Carrion Fernandes

Diretor de Relações com Investidores